

**Exmo. Senhor Presidente da**

**Comissão de Orçamento Finanças e Administração Pública**

**Assunto:** Requerimento para audição, com carácter de urgência, do Ex-Ministro das Finanças João Leão no âmbito do processo de nacionalização da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A

Exmo. Sr. Presidente,

O Tribunal de Contas publicou hoje o relatório de auditoria nº 9 de 2024, respeitante ao financiamento público da Efacec. No relatório, o Tribunal de Contas diz<sup>1</sup>:

*“A auditoria, solicitada pelo Parlamento, concluiu que a nacionalização foi realizada sem fundamentação, técnica e independente, do interesse público, estabelecido no diploma legal que a efetivou, e que o Estado não fez acompanhar tal decisão pela previsão do seu impacto nas finanças públicas, em desfavor do direito dos contribuintes a essa transparência.”*

O Tribunal de Contas afirma no seu relatório, a contexto da citação supra, que a nacionalização, realizada em 2020, não se baseou em qualquer fundamentação e que o Estado não validou as premissas de que se tratava de uma *“empresa estratégica nacional, viável e economicamente sustentável”*. Sublinha ainda que nenhum dos objetivos foi alcançado, pois o capital injetado não regularizou a situação financeira da empresa com a banca, tendo um quarto dos trabalhadores deixado a empresa até 2022. O relatório refere ainda que há risco de o financiamento público subir até aos 564 milhões de euros, a partir dos 484 milhões de euros já aplicados. Adicionalmente, o relatório menciona que o Estado privilegiou o Grupo Efacec criando uma linha de apoio Covid-19 específica e exclusiva para as suas empresas.

Sobre este financiamento, o Tribunal de Contas diz que foi efetuado *“sem identificação das causas e responsáveis (v.g. acionistas, credores, administradores), aumentando o risco de estes ficarem protegidos contra as consequências das suas ações ou omissões”*.

Na altura desta operação de nacionalização o Dr. João Leão era Ministro das Finanças.

Torna-se, por isso, da maior importância, esclarecer junto de quem decidiu, ao mais alto nível, o processo de nacionalização, quais os motivos do avanço com esta decisão, que, como diz o Tribunal de Contas, foi tomada sem fundamentação técnica e independente, e que levou a um impacto negativo no Estado de 484 milhões de euros, com risco de atingir os 564 milhões de euros.

Face ao exposto, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição nesta Comissão, com carácter de urgência, do Ex-Ministro das Finanças João Leão.

Palácio de S. Bento, 30 de setembro de 2024

---

<sup>1</sup> <https://www.tcontas.pt/pt-pt/MenuSecundario/Noticias/Pages/n20240930-2.aspx>

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Paulo Nuncio

João Pinho de Almeida

---